



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 181313 - MG (2021/0229040-4)

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**SUSCITANTE** : JOAO MARCOS CANCADO BARBOSA  
**SUSCITANTE** : JOAO PEDRO CANCADO BARBOSA  
**ADVOGADOS** : GERALDO ROBERTO GOMES E OUTRO(S) - MG075191  
JOYCE JARDIM GOMES - MG115419  
DANIELA SOARES DE ANDRADE - MG207175  
**SUSCITADO** : JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA EMPRESARIAL, DE FAZENDA PÚBLICA E REGISTROS PÚBLICOS DE CONTAGEM - MG  
**SUSCITADO** : JUÍZO DA 6ª VARA DO TRABALHO DE DUQUE DE CAXIAS - RJ  
**INTERES.** : MARCOS ANTONIO RANGEL CORREA  
**ADVOGADO** : PATRICIA FRANCO DA SILVA PEREIRA - RJ097657

### DECISÃO

Cuida-se de conflito de competência com pedido liminar suscitado por JOÃO MARCOS CANCADO BARBOSA E JOÃO PEDRO CANCADO BARBOSA em que apontam como suscitados o JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA EMPRESARIAL, DE FAZENDA PÚBLICA E REGISTROS PÚBLICOS DE CONTAGEM (MG) e o JUÍZO DA 6ª VARA DO TRABALHO DE DUQUE DE CAXIAS (RJ).

Relatam os suscitantes que são ex-sócios da empresa Megalog Logística E Transportes Ltda., cuja recuperação judicial foi deferida em 29/9/2019 pelo Juízo da 1ª Vara Empresarial, Fazenda Pública e Registros Públicos de Contagem (MG).

Afirmam que, a despeito do deferimento da recuperação judicial, o "Juízo da 6ª Vara do Trabalho de Duque de Caxias/RJ, em 18/09/2019, em decisão no processo 0011074-74.2014.5.01.0077 (Reclamante Marcos Antônio Rangel Correa e Reclamados Megalog Logística e Transportes Ltda., Joao Marcos Cançado Barbosa e Joao Pedro Cançado Barbosa) determinou que é competente para ordenar o bloqueio de valores". Aduzem que "recorreram, porém o Tribunal manteve o entendimento e em 28/06/2021 determinou o prosseguimento da execução em face dos ex-sócios" (fl. 4).

Alegam que a competência para deliberar sobre o patrimônio das empresa recuperanda é o Juízo universal.

Postulam a concessão da medida liminar "para determinar a suspensão da r. decisão proferida pelo MM. Juízo da 6ª Vara do Trabalho de Duque de Caxias/RJ, e se abstenha de promover a liberação, em favor do Obreiro, de eventuais valores que eventualmente se encontram à sua disposição" (fl. 18).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, os atos de execução dos créditos individuais promovidos contra empresas falidas ou em

recuperação judicial, bem como quaisquer outros atos judiciais que envolvam o patrimônio das referidas empresas, tanto sob a égide do Decreto-Lei n. 7.661/1945 quanto da Lei n. 11.101/2005, devem ser realizados pelo Juízo universal.

Por outro lado, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que:

*Nas hipóteses em que bens de terceiros, de sócios, de coobrigados, de devedores solidários ou de sociedade do mesmo grupo econômico, não submetidos ao plano de recuperação judicial, são chamados para responder à execução ajuizada contra a sociedade em recuperação judicial, a jurisprudência desta egrégia Corte firmou o entendimento de não reconhecer a existência de conflito de competência, porquanto não há dois juízes decidindo acerca do destino do mesmo patrimônio (AgInt no CC 160.384/SP, Relator Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 23/10/2019, DJe 30/10/2019).*

E ainda:

*[...] não existe conflito de competência quando o bem constrito é de propriedade de sócio da empresa em recuperação judicial, em razão da aplicação da Teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica, pois, salvo decisão do Juízo da recuperação em sentido contrário, os bens dos sócios ou de outras sociedades do mesmo grupo econômico da devedora não estão sujeitos à recuperação judicial. (AgInt nos EDcl no CC 155.003/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/02/2018, DJe 28/02/2018).*

Assim, nesta análise preliminar, própria ao momento processual, observo que foi juntada aos autos apenas decisão do Juízo trabalhista determinando o prosseguimento da execução somente contra os sócios.

Portanto, a decisão proferida pelo Juízo trabalhista suscitado, ao que parece, não atinge o patrimônio da empresa recuperanda.

Assim, no presente caso, não está configurado o *fumus boni iuris* necessário para a concessão da medida liminar.

Por fim, registre-se que o conflito de competência não pode ser utilizado como sucedâneo recursal nem pode resolver questões que devem ser dirimidas nas instâncias ordinárias.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Comunique-se aos Juízos suscitados para que prestem as devidas informações no prazo de 10 dias.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência